



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 787/ GABI / 2021

Ponte Nova, 9 de novembro de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
Vereador Antônio Carlos Pracadá de Sousa
Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova
Ponte Nova – MG

Assunto: Resposta referente ao ofício nº 995/2021/SAPL/DGRI.

Senhor Presidente:

Em resposta ao **Of. 995/2021/SAPL/SG - *Requerimento* Indicação nº 237/2021**, protocolada sob o nº 1.372/2021, de autoria de todos os Vereadores, solicitando informações sobre a obra de construção do PSF Santo Antônio, informamos o seguinte:

A obra de construção da UBS Vale do Ipê é objeto de convênio por intermédio da proposta nº 02926.3880001/18-006.

Em agosto de 2021, tivemos parecer favorável da etapa de ação preparatória que autorizou a transferência do recurso ao Município. Porém, ainda não recebemos o repasse. A etapa de início de obras, dentro do Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB) só é superada após o recebimento do recurso, conforme anexo (página SISMOB).

Na preparação do terreno para construção, incluindo terraplanagem e muros de contenção, estão sendo empregados recursos próprios.

A empresa foi notificada em janeiro de 2021 para retomada dos serviços desta etapa que segue em andamento.

1- A empresa não foi notificada quanto ao prazo de conclusão da UBS, pois aguardamos o recebimento do recurso, sendo que a partir da data do crédito, temos 90 dias para superar a etapa de início de obra atestando o mínimo de execução de 30%.

2- Tão logo o crédito do recurso aconteça, passará a contar nova data de início da obra, alterando a informação de início e término.

3- A data de conclusão será de 9 (nove) meses a partir do crédito do recurso.

Atenciosamente,

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



Informações do parecer

Componente Tipo de obra
Requalifica UBS - Construção
Número da proposta
02926.3880001/18-006

Tipo de recurso
 Emenda
 Valor da proposta
 R\$ 750.000,00

Responsáveis

#	Tipo de responsável	Nome do responsável	CPF	Ações
1	Monitoramento SISMOB x87373221me_3644.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS	██████████.300.576██████████	
2	Projeto de arquitetura/engenharia x8745201x6000.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS	██████████.300.576██████████	
3	Fiscalização de obras x8745201x604.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS	██████████.300.576██████████	
4	Execução da obra x8745201x60001.pdf	GUILHERME LINHARES ALVES	██████████.327.366██████████	

FAVORABLE.

Projeto

Informações do projeto

Situação do projeto
Concluído
Data de conclusão
03/09/2018
Projeto sofreu adequações
Não
Data do protocolo de entrada na VISA
02/05/2019
Data de aprovação da VISA
10/06/2019

Data de início
02/01/2018

Aderiu ao projeto padrão
Sim

O projeto foi submetido à VISA
Sim

Número do protocolo
00000000

FAYOUBAWE.

Licitações

FAVO SAVE.

Ordem de serviço

Data da ordem de serviço

16/03/2020

FAVO SAVE.

Documentos

Documentos anexados

#	Documento	Última atualização
1	Documento comprobatório da solicitação de aprovação do projeto na VISA 030519_VISA_Sol_Protecao.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 03/05/2019 16:16
2	Documento comprobatório de aprovação do projeto na VISA 030519_VISA_Protecao.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 20/03/2020 15:49
3	Documento comprobatório de planejamento da obra 030519_Plan_Obra.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 20/03/2020 15:33
4	Documento de aviso de licitação 030519_Aviso_Licitacao.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 20/03/2020 15:35
5	Ordem de início de serviço 030519_OIS.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 20/03/2020 15:22
6	Projeto aprovado pela VISA 030519_VISA_Projeto_Aprovado.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 20/03/2020 15:42
7	Regularização formal de propriedade (certidão emitida por cartório de imóveis) 030519_Certidao_Proprietade.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 23/11/2020 12:32

Outros documentos

#	Documento	Última atualização
1	LEI DE DESAFETAÇÃO DE ÁREA VERDE 030519_Lei_Desafetacao.pdf	MARCELA GIARDINI FREITAS 23/11/2020 12:34

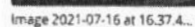
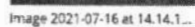
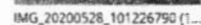
FAVO SAVE.

Fotografias

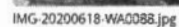
Área de intervenção

Não existem informações a serem apresentadas.

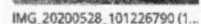
Placa da obra



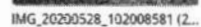
Terreno - acesso principal



Terreno - frontal



Terreno - fundos



Terreno - lateral direita





IMG_20200528_101457217 (1...

FAVORÁVEL

Parecer

FAVORÁVEL

Informações do parecer

Data de envio para análise
16/07/2021Data do parecer
16/08/2021

Observação/Justificativa

Diante da documentação apresentada, a proposta em referência está adequada quanto às informações acima relacionadas e está em consonância aos critérios preconizados pelo Departamento de Saúde da Família (DESF), desta forma o parecer de mérito é FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DA LIBERAÇÃO DA PARCELA ÚNICA para a construção da Unidade Básica de Saúde na RUA MARIA COSENZA - VALE DO IPE, devendo ser restrito ao componente CONSTRUÇÃO.

Não obstante, se as demais informações apresentadas no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB) demonstrarem a execução de outro objeto que não o aprovado inicialmente pelo Ministério da Saúde a responsabilidade das informações do projeto, da execução e da comprovação da aplicação dos recursos será da entidade beneficiada.

O Ministro de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017, que dispõe sobre a consolidação de normas de financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS, no Título 1 e Das disposições Gerais VI - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, resolve:

A comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, far-se-á para o Ministério da Saúde, mediante relatório de gestão, que deve ser elaborado anualmente e aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Considerando o disposto na Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017, artigo 703 e seguintes, da subseção I, da seção III, do Capítulo II, do Título VII, é da responsabilidade do Município ou Distrito Federal informar, por meio do SISMOB, componente construção, o início, o andamento, a conclusão e as posteriores manutenções preventivas da obra executada, incluindo-se os documentos e as demais informações requeridas pelo referido sistema, sendo esta condição obrigatória para continuidade no programa e recebimento de eventuais novos recursos. Informamos que de acordo com o art. 705 da referida Portaria: as unidades construídas no âmbito deste componente obrigatoriamente deverão ser identificadas de acordo com os padrões visuais constantes da Portaria nº 2.838/GM/MS, de 01/12/2011, que institui a programação visual padronizada das Unidades de Saúde do SUS.

Considerando o inciso VI do art. 1114 Título IX da Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017, as propostas aprovadas a partir do exercício financeiro de 2017 deverão observar o prazo de vigência de até 48 (quarenta e oito meses) meses a contar da data de publicação da portaria de habilitação, vencido o prazo a proposta será desabilitada em portaria específica, devendo a Área Técnica informar à Secretaria-Executiva para adoção de procedimentos cabíveis.

Informações da obra

Em início de execução

Avisos

Prazos



PRAZOS PREVISTOS	PREVISÃO
Superação do Início de Execução	98 Dias A partir do "transferecimento dos recursos financeiros da obra"
Superação da Execução e Conclusão	270 Dias A partir da superação da etapa de início de execução da obra
Entrada em funcionamento	98 Dias A partir da superação da etapa de Execução e Conclusão da obra

PRAZOS SUPERADOS	DATA DA SUPERACÃO
Superação de Ação Preparatória	07/08/2021

Notificações

Tipo de notificação	Data de envio
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	18/07/2018
2ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	17/08/2018
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	12/11/2018
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	31/08/2019
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	18/11/2019
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	11/10/2020
1ª Notificação do atraso na realização do monitoramento	10/04/2021